

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004780-12.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **MARIA CLEONICE DA SILVA**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra cobranças realizadas pela ré, alegando haver cancelado a linha telefônica que contratará tendo em vista aquela que recebeu não foi a solicitada.

Ressalvou que recebeu uma linha telefônica móvel quando na verdade solicitou linha fixa, e em que pese o cancelamento imediato de tal linha ainda continuou recebendo cobranças relativas a mesma.

Requer a rescisão do contrato e a declaração da inexigibilidade do débito.

Já a ré em contestação salientou que o negócio em pauta foi formalizado de maneira simplificada, e que no caso em tela enviou a autora um telefone com tecnologia sem fio, porquanto na área de sua residência não estaria amparada pela tecnologia convencional, não se entrevendo irregularidade na contratação, pois certamente a autora foi devidamente informada e concordou quando da contratação dos serviços com tal assertiva.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A preliminar suscitada em contestação (inépcia da inicial e falta da causa de pedir) envolve matéria de mérito e como tal será apreciada.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou a origem do débito indicado e sequer demonstrou com clareza precisa que houve os esclarecimentos necessários a autora quando da contratação dos serviços.

Também não rebateu claramente o fato da autora ter cancelado os serviços dias após o recebimento do aparelho.

Quanto a esses aspectos, a ré não impugnou especificamente as alegações firmadas pela autora.

Elas são verossímeis, inclusive com alusão detalhada aos respectivos protocolos de atendimento, de modo que incumbia à ré a comprovação de que os fatos não se passaram da forma aludida (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC).

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, limitou-se a salientar que tomou os cuidados necessários, mas não detalhou quais os procedimentos específicos foram adotados na ocasião em que a transação se consumou.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência da ré na espécie.

Conclui-se, portanto, que inexistia lastro para as cobranças perpetuadas em face da autora, de modo que sua exclusão é de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar rescindo o contrato de prestação de serviços atinentes a linha nº (16) 3343-1451, bem como declarar a inexistência do débito tratado nos autos, e determinar o cancelamento das cobranças a ele relativas.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

P.R.I.

São Carlos, 02 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**